



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
MOÇAMBIQUE

O Distrito como Polo de Desenvolvimento:

Um Olhar da Sociedade Civil

Monitoria do Orçamento e Rastreamento da Despesa Pública de 2011



Rastreamento da Despesa Pública de 2011

- Fundo de Investimento Distrital;
- Fundo Distrital de Desenvolvimento;
- Fundo de Apoio Directo às Escolas;
- Fundo de Estradas;
- Fundo Descentralizado para o Abastecimento de Água;
- Fundo de Construção de Salas de Aulas.

Resumo dos Relatórios Distritais de Chókwè, Mabalane, Bilene, Panda, Massinga, Homoine, Monapo, Ribaué e Murrupula, Cuamba e Mandimba e Ngauma.



FICHA TÉCNICA

Título: O Distrito como Polo de Desenvolvimento: Um Olhar da Sociedade Civil

Autoria: Centro de Integridade Pública

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Revisão Linguística: Egídio Rego

Design e Layout: éDesign

Tiragem: 1000 exemplares

Maputo, Agosto de 2012

Índice

LISTA DE ABREVIATURAS.....	vi
LISTA DE GRÁFICOS.....	vi
LISTA DE FIGURAS.....	vi
LISTA DE TABELAS	viii
I. INTRODUÇÃO	5
II. METODOLOGIA.....	6
III. BREVE ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO 2009-2011	7
IV. PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES POR FUNDO.....	9
4.1 Fundo de Investimento Distrital	9
4.2 Fundo Distrital de Desenvolvimento	13
4.3 Fundo de Apoio Directo às Escolas.....	15
4.4 Fundo de Estradas	17
4.5 Abastecimento de Água e Saneamento Rural	18
4.6 Construção de Salas de Aulas.....	20
4.7 Outras Realizações.....	21
V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	22
5.1 Conclusões.....	22
5.2 Recomendações	23
VI. DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	5

AGRADECIMENTOS

O Centro de Integridade Pública (CIP) e os seus parceiros provinciais, designadamente, Associação Formigas Unidas, Associação Wonelela, Estamos (Organização Comunitária), Instituto para o Desenvolvimento da Cidadania e Desenvolvimento Sustentável (Facilidade) expressam os seus agradecimentos aos seus financiadores, nomeadamente, a Cooperação Suíça para o Desenvolvimento (SDC), o Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID), a Educação para o Desenvolvimento (Íbis), a Embaixada da Dinamarca, a Embaixada da Noruega, a Embaixada do Reino dos Países Baixos, a Fundação Ford, o International Budget Partnership (IBP) e a Oxfam Novib pelo apoio financeiro prestado para a materialização deste programa.

Agradecimentos especiais são endereçados ao IBP por toda a assistência técnica e metodológica prestada durante o decurso do programa.

O CIP e os seus parceiros locais estendem os seus agradecimentos aos Governos Provinciais de Gaza, Inhambane, Nampula e Niassa pela sua colaboração para a realização do trabalho. Especiais agradecimentos vão para os Governos Distritais de Bilene, Chókwè, Cuamba, Homoine, Mabalane, Mandimba, Massinga, Monapo, Murrupula, Ngauma, Panda e Ribauè pela sua colaboração e contributo aquando da realização do trabalho de campo. Particular agradecimento vai para a Senhora Secretária Permanente do Distrito de Mandimba que integrou a equipa de monitoria no terreno.

Agradecimentos são igualmente estendidos à Direcção Nacional de Planificação, Direcção Nacional de Orçamento, Direcção Nacional de Edificação, Direcção Nacional de Águas, Apoio Directo às Escolas, Construção de Salas de Aulas e Fundo de Estradas pela sua colaboração para a concretização deste programa.

Aos coordenadores provinciais e aos activistas pela colaboração e, sobretudo, pela organização e facilitação do trabalho de campo.

Especiais agradecimentos vão para todos aqueles que, singular ou colectivamente, contribuíram directa ou indirectamente para a materialização deste programa.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADE – Apoio Directo às Escolas
CCD – Conselho Consultivo Distrital
CGE – Conta Geral do Estado
FDD – Fundo de Desenvolvimento Distrital
FID – Fundo de Investimento Distrital
MPD – Ministério de Planificação e Desenvolvimento
OP – Ordem de Pagamento
PES – Plano Económico e Social
PESOD – Plano Económico, Social e Orçamento do Distrito
REO – Relatório de Execução Orçamental
SDEJT – Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia
SDPI – Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas
ZIP – Zona(s) de Influência Pedagógica

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Nível de Execução do FID nos Distritos Abrangidos pelo Programa em 2011.... 9

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 Tecto Danificado – Distrito de Mandimba (Niassa).....	12
Fig. 2 Infiltração de Água da Chuva – Murrupula	12
Fig. 3 Racha na Parede – Cuamba	12
Fig. 4 Troço Malema/Namiro - Monapo	18
Fig. 5 Salas sem Cobertura no Distrito de Monapo	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Orçamento do Estado 2009-2011 (Mil Milhões de Meticais)	7
---	---

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante a última década cresceu a percepção de que em Moçambique se podia fazer muito mais do que se faz em torno do combate à pobreza absoluta que afecta mais de metade da população moçambicana. Por um lado, ouvem-se argumentos que defendem que há um grande desperdício de recursos financeiros como resultado de fragilidades institucionais, incluindo capacidades em recursos humanos, dos actores envolvidos na governação, em particular, o Governo. Por outro lado, há a percepção de que esse desperdício de recursos financeiros resulta de acções deliberadas de agentes que lideram o processo decisório, de alocação de recursos e de implementação de políticas/programas governamentais nos vários níveis da máquina estatal.

Na perspectiva da Sociedade Civil e do CIP, em particular, este estado de coisas oblitera os esforços do combate à pobreza. Foi dentro desta conformidade que surgiu este programa que pretende contribuir para o aumento da efectividade da despesa pública em Moçambique como viés para a redução da pobreza no país. Trata-se, na verdade, do segundo exercício de rastreio da despesa pública, depois de vários anos da implementação da iniciativa de monitoria da governação local, que se diga, deu origem a este programa. Os resultados deste exercício por cada fundo rastreado estão descritos numa forma sumarizada como abaixo se segue:

Fundo de Investimento Distrital

O trabalho de rastreio da despesa pública realizado em 12 distritos constatou que, em média das actividades realizadas no âmbito do FID, 75,44% se encontravam concluídas; 21,05% em curso; e 3,5% paralisadas, abandonadas ou simplesmente não realizadas. No tangente ao cumprimento do PESOD, constatou-se que há uma desarmonia entre as actividades realizadas e as planificadas, na medida em que em 2011 apenas 23,68% do orçamento foi investido em actividades que constam do PESOD. As justificações apresentadas pelos Governos Distritais prendiam-se com fragilidades institucionais no processo de planificação e alocação do orçamento, na medida em que a planificação é feita antes de se ter o conhecimento dos tectos orçamentais, resultando numa planificação irrealista. Em termos qualitativos, 85% das obras de raiz ou de reabilitação apresentaram problemas de qualidade, tais como: a infiltração de águas pluviais, as rachas nas paredes e no soalho e a baixa qualidade da madeira usada nos aros e na cobertura. A baixa qualidade das obras está associada a: falta de honestidade dos empreiteiros, exiguidade do fundo disponível e desembolsos tardios, desvios de aplicação verificados no âmbito de execução deste fundo para cobrirem despesas protocolares e de funcionamento das Secretarias Distritais, falta de observância da Lei de *Procurement*, falta de fiscalização das obras, abandono e paralisação constante das obras por falta de material e realização dos trabalhos às pressas nas vésperas das visitas de alto nível (presidencial e de Governadores).

Fundo Distrital de Desenvolvimento (“Sete Milhões”)

O exercício de rastreio da despesa pública constatou que 5% do orçamento alocado foram desviados para custear despesas de ajudas de custos e de funcionamento das Secretarias Distritais. Do valor financiado aos mutuários, 39,33% foram para os projectos de produção de comida, 19,29% para a pecuária e 41,38% para os projectos de geração de rendimento e emprego. No que diz respeito à observância do género, apenas 20% do orçamento financiaram os projectos propostos por mulheres. No concernente ao processo de gestão do fundo verificou-se que há falta de transparência na medida em que 15% dos projectos financiados não tinham contratos celebrados com os mutuários; dos contratos verificados, 20% não tinham nenhuma assinatura; dos processos verificados, 75% não tinham como anexo o plano de amortização do crédito financiado; dos contratos verificados 40% não tinham como anexo os projectos desenhados pelos mutuários; a maior parte dos distritos ultrapassa os limites estabelecidos nos guiões de funcionamento do FDD e alguns financiaram projectos de aquisição de meios circulantes. Ainda neste âmbito, a maior parte dos projectos aprovados e financiados beneficiaram Membros dos Conselhos Consultivos, Líderes Comunitários, Chefes das Localidades, Chefes dos Postos Administrativos e funcionários públicos, isto é, pessoas que podem, facilmente, influenciar o processo de aprovação dos projectos ou, através de outros meios, ter acesso ao crédito bancário.

Fundo de Apoio Directo às Escolas

O trabalho de campo do rastreio da despesa pública visitou 84 escolas e verificou que havia falta de transparência no processo de gestão do ADE, na medida em que nalgumas escolas os Membros da Comissão de Compras eram os mesmos que faziam parte da Comissão de Recepção; 56% das escolas visitadas não possuíam listas de distribuição do material aos alunos, sendo que apenas 26% das escolas apresentavam os justificativos referentes à 15ª fase; apenas 35% das escolas justificaram através de actas a realização de encontros de divulgação do ADE para as comunidades; apenas 3% das escolas afixavam, em local de acesso público, o valor recebido e a relação do material adquirido; metade das escolas não possuía o mapa de detalhe das despesas realizadas ao critério das escolas e os Coordenadores das ZIP não efectuam regularmente as visitas às escolas, principalmente as situadas distantes das sedes das ZIP, alegando falta de recebimento ou demoras no pagamento do valor alocado para visitas.

Fundo de Estradas

O exercício de rastreio da despesa pública constatou que em média 33,33% das realizações foram concluídas, 50% estavam em curso e 16,67% não foram realizadas. Do valor realizado no âmbito deste fundo, 12% foram desviados para cobrir despesas protocolares diversas durante as visitas presidenciais. No que toca ao cumprimento dos PESOD, apenas 35% do financiamento foram investidos nas vias que constavam destes instrumentos de planificação

e orçamentação dos distritos. Em termos qualitativos, muitas das estradas que beneficiaram de melhorias apresentavam os mesmos problemas cujas intervenções pretendiam resolver, designadamente, buracos e, nalguns casos, intransitabilidade. Os Governos Distritais apontaram as chuvas como a principal causa do rápido ressurgimento dos problemas nas vias de acesso, mas o trabalho de campo constatou que o grande problema verificado na qualidade dos trabalhos realizados no âmbito deste fundo estava associado a vários factores, dentre os quais se destacam os seguintes: desvio de aplicação do fundo para cobrir despesas protocolares, realização dos trabalhos às pressas, adjudicação das obras aos artesãos locais sem muita experiência profissional nem equipamento apropriado para o efeito.

Abastecimento de Água e Saneamento Rural

O exercício de rastreio da despesa pública constatou que do valor alocado para a abertura de novas fontes de abastecimento de água apenas 45% foram realizados. Os Governos Distritais reportam a falta de honestidade dos empreiteiros, desembolsos tardios, devolução dos processos pelo Tribunal Administrativo e falta de uma comunicação harmoniosa entre os Governos Provincial e Distrital, como os principais factores que contribuíram significativamente para a fraca intervenção nas fontes de abastecimento de água. O trabalho de campo constatou que, para além dos problemas mencionados, há falta de transparência na gestão do fundo de água na medida em que: mais de metade do fundo alocado foi desviado para cobrir despesas protocolares durante as visitas presidenciais; foram tomadas como locais prioritários para a abertura dos furos as Residências dos Administradores, as residências dos Chefes dos Postos Administrativos, as residências dos Chefes das Localidades, as Sedes dos Postos Administrativos e das Localidades e os locais de comícios, em detrimento dos locais de maior concentração populacional, e falta de transparência na gestão do fundo das contribuições feitas pelas comunidades. Em termos qualitativos, constatou-se que todas as fontes recentemente construídas apresentavam-se com problemas de rachas no pavimento e alguns tiravam água salobre, portanto, não propícia para o consumo humano.

Construção de Salas de Aulas

O trabalho de campo constatou que 40% das salas construídas foram concluídas e as restantes encontravam-se ainda em curso. Para além das obras de 2011, foram visitadas as salas de aulas que se encontravam em curso no primeiro exercício de rastreio da despesa pública. Destas salas, 58% se encontravam concluídas, mas as restantes foram paralisadas e/ou abandonadas. Em termos qualitativos, as salas apresentaram-se com problemas graves de rachas nas paredes, soalho e rodapé, tinta a descascar-se, barrotes de cobertura roídos por muchém e algumas salas já se apresentavam com a cobertura caída. As justificações apresentadas pelos Governos Distritais para a baixa qualidade das salas e abandono prendem-se com os seguintes factores: i) *falta de honestidade dos empreiteiros*; ii) *fraca*

articulação entre a província e o distrito na planificação e construção de salas de aulas e iii) exiguidade do fundo disponível. O trabalho de campo constatou que para além dos problemas referenciados, há falta de transparência no processo de construção de salas de aulas, dado que em muitos casos se verificou que os empreiteiros que ganham as obras são os mesmos que no passado abandonaram as salas antes da sua conclusão, para além de que todas as obras são adjudicadas a um mesmo empreiteiro e sem capacidade para realizar todos os trabalhos em tempo útil.

Conclusões e Recomendações

Pelo tipo de constatações, o trabalho de monitoria do Orçamento do Estado e Rastreio da Despesa Pública de 2011 conclui que a execução orçamental das despesas de investimento nos distritos permanece aquém do desejado devido a fragilidades institucionais no processo de planificação que não é acompanhado pelo orçamento, de tal forma que a planificação é feita antes de se ter os tectos orçamentais, resultando numa planificação irrealista. Por seu turno, o exercício concluiu que os Governos Distritais não realizam mais de metade das actividades contidas no PESOD devido a vários factores, dentre os quais a destacarem-se a falta de observância da Lei de *Procurement*, o desvio de aplicação dos fundos para custear despesas que não estavam inicialmente previstas, os desembolsos tardios, a falta de honestidade dos empreiteiros e o abandono das obras antes da sua conclusão. Devido a estes problemas, os empreendimentos realizados nos distritos, no âmbito dos fundos descentralizados, apresentam-se com problemas de qualidade insanáveis. É dentro desta conformidade que se recomenda: a comunicação atempada aos Governos Locais sobre os limites orçamentais de forma a se melhorar o processo de planificação e orçamentação; a descentralização da gestão financeira do Fundo de Estradas Classificadas para o nível provincial e do Fundo de Estradas Não Classificadas para o nível distrital; a fixação do custo unitário das salas de aulas segundo as condições geográficas do local da sua construção; a criação de linhas orçamentais claras para o abastecimento de água e saneamento rural no Orçamento do Estado; a melhoria de gestão dos contratos de empreitadas; a criação de mecanismos de alocação de fundos específicos para acolher as visitas presidenciais e de Governadores de modo a reduzir os desvios de aplicação de fundos alocados para a realização dos empreendimentos de interesse comunitário; o estabelecimento da possibilidade de realização de auditoria social pelos beneficiários e/ou Sociedade Civil na lei orçamental e demais instrumentos legais que criam ou se debruçam sobre as normas de funcionamento de fundos descentralizados; a observância da Lei de *Procurement* por parte dos Governos Provinciais e Distritais, principalmente o processo de selecção e adjudicação das obras aos empreiteiros; e o realinhamento dos Conselhos Consultivos Distritais para se ocuparem mais amplamente do processo de governação nos distritos e não apenas confiná-los aos sete milhões.

I. INTRODUÇÃO

O Orçamento do Estado tem estado no centro das atenções da participação da Sociedade Civil na governação em Moçambique e em todas as sociedades em desenvolvimento. É um instrumento de gestão que contém a previsão de receitas e despesas públicas para um determinado ano económico. Portanto, é ele que expressa não só o tipo de Estado mas também a orientação política desse mesmo Estado sobre várias questões, com particular destaque para o desenvolvimento, combate à pobreza, governação política, etc. Em Moçambique, o Orçamento do Estado é aprovado através duma Lei pela Assembleia da República, ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 2, do artigo 179 da Constituição da República. Para o exercício em apreço, tomou-se como base a Lei nº 9/2011, de 13 de Junho (Lei do Orçamento do Estado Revisto).

Um pouco por todo o lado, muitas organizações da Sociedade Civil têm-se empenhado, arduamente, para influenciar as políticas públicas e orçamentais, em particular, para serem sensíveis a determinadas necessidades especiais próprias de cada sociedade. Nestes processos, o instrumento comumente usado pela Sociedade Civil é a monitoria orçamental cujo enfoque são as alocações orçamentais. Mas a alocação é apenas uma parte do processo de governação. É que depois de se influenciar a alocação de recursos, de acordo com as várias classificações orçamentais, há que se aferir a medida em que tais recursos são realizados em conformidade com as alocações.

É dentro deste contexto que o Centro de Integridade Pública (CIP) e os seus parceiros provinciais em Gaza, Inhambane, Nampula e Niassa implementam um programa de monitoria orçamental, rastreio da despesa pública e auditoria social que consiste em ver a medida em que os orçamentos aprovados foram realizados para aquilo que foi originalmente previsto; a medida em que tais despesas públicas se conformam, mais amplamente, com a Lei de Gestão das Finanças Públicas¹ bem como com a Lei de *Procurement*²; e, mais qualitativamente, a medida em que as realizações, que são produto da despesa pública, valem os recursos financeiros gastos, etc. Com enfoque no distrito, o programa tinha como objecto de rastreio os seguintes fundos descentralizados: Fundo de Investimento Distrital; Fundo Distrital de Desenvolvimento; Fundo de Estradas; Fundo de Apoio Directo às Escolas; Fundo de Construção de Salas de Aulas e Fundo de Abastecimento de Água e Saneamento Rural.

1 Lei nº 9/2002, de 12 de Fevereiro. O SISTAFE estabelece e harmoniza regras e procedimentos de programação, gestão, execução e controlo do erário público, de modo a permitir o seu uso eficaz e eficiente, bem como produzir informação de forma integrada e atempada, concernente à administração financeira dos órgãos e instituições do Estado.

2 Decreto 15/2010, de 24 de Maio (regula a Contratação de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços do Estado).

Este resumo nacional reporta a segunda experiência de rastreio da despesa pública em Moçambique que incide sobre o Orçamento de 2011, num total de 12 distritos das províncias acima mencionadas. O intenso trabalho de campo durou 12 semanas, sendo uma semana em cada distrito.

II. METODOLOGIA

A metodologia deste programa procurou contornar as dificuldades enfrentadas pela iniciativa de monitoria da governação local que, diga-se, deu origem a este programa. É que a iniciativa de monitoria da governação local fazia aferição da medida em que os PESOD eram implementados, incluindo a qualidade com que os empreendimentos eram realizados. Todavia, uma vez no terreno se constatava que os PESOD eram um conjunto de listas de boas intenções mas sem orçamento garantido para a sua realização. Foi nessa sequência que a iniciativa concluiu que, no seu actual formato e enquadramento institucional, os PESOD não eram instrumentos confiáveis para o exercício de controlo social ao nível local em Moçambique.

Assim, para contornar as dificuldades acima apresentadas, este programa incidiu sobre a despesa daquilo que tinha, a partir da lei orçamental, orçamento garantido. A aferição do que, dentro dos planos distritais, tinha orçamento garantido é feita através de monitoria orçamental que, no caso em apreço, consiste em ver, a partir da lei orçamental, as alocações para os distritos abrangidos pelo programa. A ideia de rastreio da despesa pública implicou uma intensa comunicação com as autoridades distritais para a obtenção antecipada do rol das actividades a serem realizadas em cada um dos fundos alvos de rastreio. Esta comunicação visava obter as listas dos investimentos realizados pelos Governos Distritais, incluindo os beneficiários dos sete milhões, os PESOD, os relatórios do balanço do PESOD e as actas das sessões dos Conselhos Consultivos Distritais. Duma forma geral, mais uma vez, as autoridades distritais abriram-se e cooperaram com a Sociedade Civil, mesmo naqueles casos críticos, como verificação de contratos, ordens de pagamento e, sobretudo, na arguição sobre os casos que não tinham justificativos, desvios de aplicação, etc. Desta feita, pode-se afirmar que, no geral, há uma nota positiva para as autoridades pela abertura e colaboração e, sobretudo, pela celeridade com que encararam este trabalho.

Complementarmente, o trabalho do rastreio abarcou os investimentos realizados pelo Governo Central e pelos Governos Provinciais nos 12 distritos do programa. Nesta dimensão, solicitou-se a informação sobre os investimentos realizados por estes níveis de Governo junto das instituições-chave, designadamente, os Governos Provinciais de Gaza, Inhambane, Nampula e Niassa, o Ministério de Planificação e Desenvolvimento (DNP), o Ministério da Educação (Apoio Directo às Escolas e Construção de Salas de Aulas), o Ministério das Obras Públicas e Habitação (Direcção Nacional de Edificação e Direcção

Nacional de Águas) e o Ministério da Saúde. Nestes níveis, houve também abertura destas instituições, principalmente o Fundo de Apoio Directo às Escolas e a Direcção Nacional de Águas que pontualmente forneceram toda a informação solicitada. Nas restantes instituições, apesar de terem colaborado, a informação fornecida foi insuficiente, porque, por um lado, era bastante agregada, dificultando o acompanhamento geográfico dos empreendimentos e, por outro lado, não apresentava os valores dos empreendimentos e o respectivo centro de custo dos pagamentos. A dificuldade da qualidade da informação fornecida sobre os investimentos do Governo Central e dos Governos Provinciais nos distritos abrangidos pelo programa impossibilitou um ajuizado rastreio dos investimentos feitos por estes níveis de governo nos distritos.

Para a materialização do rastreio foi feito o trabalho de campo. Para este exercício, nas Secretarias Distritais e nos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas, foi feita a verificação documental, designadamente, os contratos, as ordens de pagamentos, os recibos, as facturas e outros documentos relevantes. Adicionalmente, com ajuda dum técnico indicado pelos Governos Distritais para integrar a equipa, foram feitas visitas às realizações levadas a cabo. Duma forma geral, pode-se fazer uma apreciação bastante positiva da colaboração com os Governos Distritais, especificamente o do distrito de Mandimba onde a Secretária Permanente Distrital também integrou a equipa de campo. Todavia, houve casos de alguns distritos em que a equipa enfrentou algumas dificuldades para a realização do trabalho com sucesso. Estas dificuldades estavam, por um lado, associadas à indicação de técnicos que não tinham o conhecimento sobre a localização dos trabalhos realizados e, por outro lado, a indisponibilidade dos técnicos para acompanhar a equipa.

No terreno, fazia-se uma aferição quantitativa e qualitativa dos empreendimentos levados a cabo bem como uma auscultação popular sobre o impacto que aqueles empreendimentos tinham para os beneficiários. Para além dos empreendimentos de 2011, o exercício de rastreio visitou os empreendimentos que se encontravam em curso no primeiro exercício de rastreio, referente a 2010, bem como os que foram reportados que apresentavam problemas graves, como, por exemplo, edifícios que tinham cobertura danificada poucos dias após a entrega provisória, obras abandonadas, vias que tiveram intervenção mas que se encontravam intransitáveis, etc.

Terminado o trabalho de campo, houve uma apresentação dos resultados em cada um dos distritos e, no mesmo dia, deixava-se o relatório preliminar com as autoridades distritais, salvo alguns casos em que houve problemas de tempo para a finalização deste documento. Em geral, todos os Governos Distritais cooperaram com sentido de responsabilidade nestes encontros, incluindo naqueles distritos com resultados críticos. É dentro desta conformidade que em cada um dos relatórios distritais há uma secção sobre as reacções das autoridades distritais.

Dos 12 relatórios distritais extraiu-se o presente resumo nacional que é o principal documento nesta sessão de publicação dos resultados do rastreio da despesa pública 2011.

III. BREVE ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO 2009-2011

Em 2011, o Orçamento total do Governo de Moçambique foi de 141.7 mil milhões de Meticais (Lei n° 9/2011, de 13 de Junho – Orçamento do Estado Revisto), claro aumento em relação aos anos anteriores. Deste total, 77 mil milhões de Meticais (ou 54.3%) foram alocados às despesas de funcionamento, e 64.7 mil Milhões (ou 45.7%) às despesas de investimento (Tabela 1). Do orçamento de investimento, apenas 5.1% foram alocados aos distritos, reconhecidos pela Lei n° 8/2003, de 19 de Maio (Lei dos Órgãos Locais do Estado) e seu respectivo Regulamento (Decreto 11/2005, de 10 de Junho) como “Pólos de Desenvolvimento”. A grande maioria (88.9%) do investimento permanece ao nível central.

Tabela 1. Orçamento do Estado 2009-2011 (Mil Milhões de Meticais)

2009	Total				Funcionamento				Investimento			
	OE	%	CGE	%	OE	%	CGE	%	OE	%	CGE	%
Central	72.2	73.6%	50.4	63.7%	30.9	60.9%	22.7	51.9%	41.3	87.1%	27.7	78.2%
Provincial	20.4	20.8%	23.3	29.5%	16.2	32.0%	17.8	40.7%	4.2	8.9%	5.5	15.5%
Distrital	4.7	4.8%	4.6	5.8%	3.1	6.1%	2.7	6.2%	1.6	3.4%	1.9	5.4%
Autarquico	0.8	0.8%	0.8	1.0%	0.5	1.0%	0.5	1.1%	0.3	0.6%	0.3	0.8%
Total	98.1	100.0%	79.1	100.0%	50.7	100.0%	43.7	100.0%	47.4	100.0%	35.4	100.0%
2010	Total				Funcionamento				Investimento			
	OE	%	CGE	%	OE	%	CGE	%	OE	%	CGE	%
Central	85.1	72.1%	67.4	65.5%	36.3	58.4%	32.0	54.0%	48.8	87.6%	35.4	81.2%
Provincial	26.1	22.1%	27.8	27.0%	21.6	34.7%	21.8	36.8%	4.5	8.1%	6.0	13.8%
Distrital	5.7	4.8%	6.7	6.5%	3.6	5.8%	4.8	8.1%	2.1	3.8%	1.9	4.4%
Autarquico	1.1	0.9%	1.0	1.0%	0.7	1.1%	0.7	1.2%	0.3	0.5%	0.3	0.7%
Total	118.0	100.0%	102.9	100.0%	62.2	100.0%	59.3	100.0%	55.7	100.0%	43.6	100.0%
2011	Total				Funcionamento				Investimento			
	OE Rev	%	REO	%	OE Rev	%	REO	%	OE Rev	%	REO	%
Central	102.4	72.3%	81.8	66.5%	44.9	58.3%	38.0	53.7%	57.5	88.9%	43.8	83.6%
Provincial	21.8	15.4%	23.8	19.3%	18.5	24.0%	18.2	25.7%	3.3	5.1%	5.6	10.7%
Distrital	15.9	11.2%	15.9	12.9%	12.6	16.4%	13.5	19.1%	3.3	5.1%	2.4	4.6%
Autarquico	1.6	1.1%	1.6	1.3%	1.0	1.3%	1.0	1.4%	0.6	0.9%	0.6	1.1%
Total	141.7	100.0%	123.1	100.0%	77.0	100.0%	70.7	100.0%	64.7	100.0%	52.4	100.0%

Fontes: Lei n° 1/2009, de 8 de Janeiro de 2009; Lei n° 2/2010, de 27 de Abril de 2010; Lei n° 9/2011, de 13 de Junho (Orçamento do Estado Revisto); CGE 2009; CGE 2010 e REO 2011.

A Tabela 1 traz vários elementos adicionais de reflexão, a partir da análise dos Orçamentos do Estado e relativos relatórios de execução (Contas Gerais do Estado para 2009 e 2010 e Relatório de Execução Orçamental Janeiro/Dezembro para 2011) para os últimos três

anos. Olhando para a alocação de recursos, verifica-se que o processo de descentralização e desconcentração de fundos ainda não tem o impulso que merece. Entre 2009 e 2011 não houve nenhuma variação significativa na alocação de recursos para os vários níveis de governo, a não ser uma transferência de fundos de funcionamento das províncias para os distritos entre 2010 e 2011. A alocação das despesas de investimento, as mais importantes para o desenvolvimento, permanece muito centralizada. A cota relativa a províncias, distritos e municípios até diminuiu de 12.9% em 2009 para 11.1% em 2011.

Em relação à execução orçamental, ou seja, à forma como os fundos são efectivamente gastos, nota-se que estes problemas são mais acentuados ainda. Os gastos efectivos do Governo permanecem aquém dos fundos inicialmente alocados, em particular quando se trata de despesas de investimento. Em 2011, o Governo gastou apenas 52.4 mil milhões de Meticais do fundo alocado para as despesas de investimento, o que representa 81%. A nível dos distritos, que já recebem uma cota muito limitada das despesas de investimento, a execução foi apenas de 72.7%. Em 2009 e 2010 os resultados não foram muito diferentes.

IV. PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES POR FUNDO

4.1 Fundo de Investimento Distrital³

O Fundo de Investimento Distrital destina-se a construção, reabilitação e apetrechamento de infraestruturas de interesse comunitário bem como infraestruturas administrativas nos distritos. O processo de *procurement* no âmbito de gestão deste fundo, desde o lançamento dos concursos públicos, selecção dos empreiteiros, adjudicação das obras e pagamento aos empreiteiros, está sob responsabilidade dos Governos Distritais, especialmente os Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas.

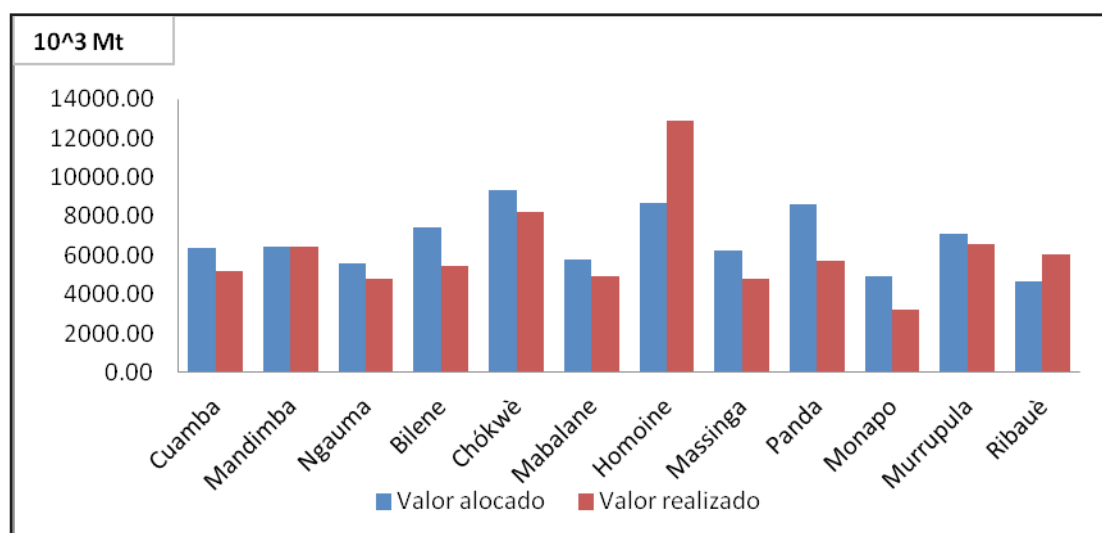
Nível de Execução Orçamental

Em 2011, o Governo de Moçambique alocou 911,50 milhões de Meticais para o Fundo de Investimento Distrital. O exercício da monitoria orçamental e rastreio da despesa pública apurou que em 2011 o Governo alocou um total de 81.18 milhões de Meticais para o Fundo de Investimento Distrital para os 12 distritos abrangidos pelo programa.

3 O Fundo de Investimento Distrital destina-se a construção, reabilitação e apetrechamento de infraestruturas de interesse comunitário.

No geral, 91,48% do valor alocado a partir da lei orçamental foi realizado pelos Governos dos distritos abrangidos pelo programa e 8,52% ficou retido no SISTAFE. Em média, das actividades realizadas no âmbito do FID 75,44% encontravam-se concluídas, 21,05% em curso e 3,5% paralisadas, abandonadas ou simplesmente não realizadas.

Gráfico 1. Nível de Execução do FID nos Distritos Abrangidos pelo Programa em 2011



A partir do gráfico acima, pode-se notar que alguns distritos executaram mais do que o fundo alocado para a construção e reabilitação de infraestruturas no exercício económico de 2011. As justificações apresentadas pelos dirigentes destes distritos prendem-se com a visita presidencial que os distritos receberam no ano em análise, mas que em contrapartida não havia nenhuma verba orçamental prevista para acolher esta visita. O saldo verificado foi coberto pelo orçamento que havia sido alocado para o melhoramento de vias de acesso ou reabilitação de fontes de abastecimento de água. Como se pode depreender, a não realização destas actividades anulou o esforço envidado pelo Governo para o combate à pobreza dado que as comunidades ficaram sem vias de acesso melhoradas nem água para beber porque o valor inicialmente previsto para este propósito foi desviado para o melhoramento de infraestruturas protocolares.

Alinhamento das Actividades com o PESOD

O exercício de monitoria de governação local, que deu origem ao rastreio da despesa pública, concluiu que os Governos dos distritos abrangidos pela iniciativa não realizavam mais de metade das actividades que constavam dos seus PESOD. As justificações apresentadas pelos Governos Distritais prendiam-se com fragilidades institucionais no processo de planificação e alocação do orçamento, na medida em que a planificação é feita antes

de se ter o conhecimento dos tectos orçamentais, resultando numa planificação irrealista. Este paradigma suscitou reservas sobre a centralidade do PESOD como instrumento de governação no distrito, na medida em que o Governo Distrital se propõe implementar um plano, desenhado numa lógica de baixo para cima (“*bottom up*”) em harmonia com o pressuposto de que o distrito é a base de planificação, mas o seu financiamento se opera numa lógica de cima para baixo (“*top down*”) em clara desarmonia com o pressuposto de que os distritos são a base territorial de planificação e orçamento. Foi neste âmbito que a iniciativa constatou que os PESOD eram *shopping lists* e, conseqüentemente, não eram um instrumento confiável para o exercício de monitoria da governação.

O trabalho de rastreio da despesa pública constatou que persiste uma desarmonia entre as actividades realizadas e as planificadas na medida em que, em 2011, apenas 23,68% do orçamento foram investidos em actividades que constam do PESOD. O maior destaque vai para os distritos de Cuamba e Mandimba, que não dispunham do PESOD, e os distritos de Ngauma e Murrupula que, apesar de terem elaborado o PESOD, não realizaram nenhuma actividade constante deste documento.

A falta de observância do PESOD está em muitos dos casos verificados associada, por um lado, às visitas de alto nível que os distritos têm recebido durante o decurso dum determinado ano económico sem nenhum orçamento inicialmente previsto para acolher tais visitas. Por outro lado, apesar de em todos os distritos haver Conselhos Consultivos Distritais constituídos, em muitos dos casos verificados este órgão tem uma ligação marginal com o PESOD na medida em que apenas é envolvido no processo de aprovação deste instrumento e na aprovação dos projectos financiados no âmbito dos sete milhões. Porém, no que tange à fase de execução orçamental, o CCD não é mais envolvido para deliberar sobre as principais actividades a serem priorizadas, dentre as várias já planificadas no PESOD. Dada esta fragilidade do Conselho Consultivo, os membros deste órgão não têm realizado a monitoria das actividades realizadas nem participam no processo do balanço do PESOD.

Qualidade dos Empreendimentos Realizados

A iniciativa de monitoria de governação local relatou situações de empreendimentos que não podiam ser usados por apresentarem problemas de qualidade insanáveis como infiltração de águas pluviais, rachas nas paredes e no soalho, baixa qualidade de madeira usada nos aros e cobertura. O rastreio da despesa pública constatou que persistem problemas de falta de qualidade na medida em que 85% das obras erguidas apresentavam problemas insanáveis. A baixa qualidade das obras em muitos dos casos verificados é apontada pelos Governos Distritais como estando associada à falta de honestidade dos empreiteiros, à exiguidade do fundo disponível e aos desembolsos tardios. O trabalho de campo constatou que vários outros factores contribuíram para a baixa qualidade das obras. O maior destaque vai para os seguintes factores:

- Os desvios de aplicação verificados no âmbito de execução deste fundo para cobrirem despesas protocolares e de funcionamento das Secretarias Distritais. Os desvios de aplicação incluem ainda o uso do FID para cobrir as despesas de aquisição de meios circulantes, pagamento de ajudas de custo, liquidação de dívidas transitadas de anos anteriores, compra de bens consumíveis para as residências oficiais dos Administradores e para as sessões dos Conselhos Consultivos Distritais;
- Falta de observância da Lei de *Procurement*⁴. Em muitos casos verificados, as obras eram adjudicadas sem se obedecer nenhum critério, alegadamente porque se tratava de actividades de emergência. Neste contexto, os Governos Distritais não apresentavam nenhum documento dos contratos celebrados com os empreiteiros e nem exibiam as facturas e/ou recibos dos pagamentos efectuados.
- Realização dos trabalhos às pressas nas vésperas das visitas de alto nível (presidencial e do Governador);
- Falta de fiscalização das obras, abandono e paralisação constante das obras, alegadamente por falta de material ou falta de honestidade de empreiteiros;
- A maior parte das obras é construída por mais de um empreiteiro porque a maior parte nunca é concluída num determinado ano económico.

A figura 1 ilustra um dos edifícios recentemente construídos no Distrito de Mandimba. Trata-se da Secretaria da Localidade de Meluluca que já se apresentava com problemas graves na cobertura, pois, para além de infiltração de água das chuvas, todo o tecto falso foi danificado por muchém.

Fig. 1 Tecto Danificado – Distrito de Mandimba (Niassa)



Fonte: Equipa de Monitoria

4 *Lei de Procurement*: Decreto 15/2010, de 24 de Maio que regula a contratação de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços do Estado

Ainda no âmbito do Fundo de Investimento Distrital, o primeiro exercício de rastreio da despesa pública relatou que a maior parte dos empreendimentos levados a cabo no âmbito de execução do FID se encontravam em curso. O segundo exercício visitou novamente estes empreendimentos e constatou que 75% se encontravam já concluídos, 8% ainda estavam em curso e 17% se encontravam paralisados/abandonados. Em termos qualitativos foram verificados os mesmos problemas identificados nos empreendimentos de 2011, mencionados acima.

A figura 2 ilustra um dos edifícios recentemente construídos no Distrito de Murrupula, província de Nampula. Trata-se da residência do Director Distrital da Cadeia que já se apresentava com um problema grave de infiltração de água das chuvas. Outrossim, a figura 3 mostra um exemplo dum dos edifícios recentemente construído no Distrito de Cuamba. Trata-se da residência do Chefe do Posto Administrativo de Etatara que já se apresentava com rachas na parede.

Fig. 2 Infiltração de Água da Chuva – Murrupula



Fig. 3 Racha na Parede – Cuamba



Fonte: Equipa de Monitoria

4.2 Fundo Distrital de Desenvolvimento (“Sete Milhões”)

O Fundo Distrital de Desenvolvimento é uma dotação orçamental de âmbito distrital destinada a apoiar prioritariamente pessoas pobres, economicamente activas⁵, sem possibilidade de acesso ao crédito no sistema financeiro formal. No âmbito dos FDD são financiáveis as acções que concorrem para a geração de emprego permanente ou sazonal, produção de comida e geração de rendimento. Os projectos elegíveis devem estar estritamente ligados ao desenvolvimento económico local com o impacto no quadro do combate à pobreza e devem ser propostos por indivíduos, associações, grupos sociais organizados e outras formas sociais de base comunitária reconhecidos pelo Governo do Distrito em estreita colaboração

⁵ Esta expressão pretende captar num só conceito todas as pessoas singulares e colectivas que, embora tenham iniciativas produtivas cobertas pelos objectivos do FDD, não são elegíveis para a concessão de créditos do sistema bancário formal.

com as autoridades comunitárias locais. O Conselho Consultivo Distrital é o órgão que aprecia, aprova os pedidos de empréstimos submetidos e faz o seu acompanhamento permanente.

Nível de Execução Orçamental

Em 2011, o Governo de Moçambique alocou 1.080,70 milhões de Meticais para o Fundo Distrital de Desenvolvimento. O exercício de monitoria orçamental apurou que em 2011 o Governo de Moçambique alocou um total de 96.63 milhões de Meticais para o Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) para os 12 distritos abrangidos pelo programa. Deste valor, os Governos Distritais receberam apenas 90.44 milhões de Meticais, o que representa 93,60%.

Do valor recebido, 95% financiaram os projectos priorizados e aprovados pelos Conselhos Consultivos. Os restantes 5% foram desviados para custear despesas diversas como ajudas de custos e despesas de funcionamento das Secretarias Distritais. Do valor financiado aos mutuários, 39,33% foram para os projectos de produção de comida, 19,29% para a pecuária e 41,38% para os projectos de geração de rendimento e emprego. No que diz respeito à observância do género, apenas 20% do orçamento financiaram os projectos propostos por mulheres. Geograficamente, 60% do orçamento financiaram os projectos concentrados nas sedes distritais, por alegadamente isso estar ligado ao nível de reembolso dos mutuários e devido à concentração populacional nas sedes distritais.

Transparência no Processo de Gestão do Fundo

O trabalho de campo realizado no âmbito de gestão do FDD constatou o seguinte:

Dos projectos financiados no âmbito do FDD, 15% não tinham contratos celebrados com os mutuários, daí haver dúvidas sobre o critério usado para o financiamento desses projectos. Para os Governos Distritais a falta de contratos estava associada aos desembolsos tardios, dado que os mutuários visados foram financiados no fim do ano económico, quando se libertaram os 10% que inicialmente haviam sido retidos no sistema.

Dos contratos verificados, apenas 16% possuíam tanto a assinatura do Presidente do Conselho Consultivo Distrital quanto do mutuário, 64% tinham apenas a assinatura do mutuário e os restantes 20% não tinham nenhuma assinatura sequer, pelo que há dúvidas sobre a sua validade. Os Governos Distritais referiram que a falta de assinaturas resultava do actual figurino de financiamento dos projectos. Pois, através do SISTAFE faz-se primeiro a transferência do valor para as contas bancárias dos mutuários e, após a confirmação do valor, o mutuário procede à assinatura do contrato, mas em muitos casos os mutuários não se dirigem às Secretarias Distritais para a celebração dos contratos. O trabalho de

campo verificou que tanto o Governo quanto o Conselho Consultivo só se concentram para a aprovação dos projectos a ser financiados, mas não envidam nenhum esforço para a aferição da legalidade dos processos nem para o acompanhamento dos projectos financiados.

Dos processos verificados, 75% não tinham como anexo o plano de amortização do crédito financiado, daí que havia falta de clareza sobre o período da amortização do crédito e do valor a ser amortizado em cada prestação. Nos poucos processos que tinham o plano de amortização em anexo, muitos dos casos verificados não estavam devidamente preenchidos, pois, ou faltava a data ou o montante a ser amortizado em cada prestação. A falta deste documento no processo contratual contribui significativamente para o fraco nível de reembolsos que se tem registado no processo de gestão deste fundo, porque os mutuários não têm nenhum mapa de controlo sistemático das devoluções.

Dos contratos verificados 40% não tinham como anexo os projectos desenhados pelos mutuários. Daí haver falta de clareza sobre as especificidades dos projectos que os beneficiários se comprometiam a implementar. Ainda no âmbito dos processos dos mutuários verificou-se que 65% dos contratos não tinham a data da validade.

Não há abrangência territorial no financiamento aos projectos dado o facto de metade dos distritos rastreados não ter distribuído o fundo pelas localidades, limitando-se a fazer a distribuição por Postos Administrativos, o que, de certa forma, cria um ambiente de exclusão do financiamento para algumas localidades. Um exemplo concreto foi a localidade de Macavelane, no distrito de Panda, que, durante o exercício económico de 2011, não teve nenhum financiamento para os mutuários provenientes daquela localidade.

Há falta de observância do equilíbrio de género no processo de selecção e aprovação dos projectos propostos para o financiamento, na medida em que apenas 20,74% dos beneficiários dos projectos financiados foram mulheres. Para os Governos Distritais o desequilíbrio de género está associado a vários factores, tais como: os hábitos culturais, a fraca participação das mulheres na submissão dos projectos, a falta de cultura de empreendedorismo e a falta de cultura de associativismo por parte das mulheres, etc.

Apesar de haver o e-SISTAFE montado na maioria dos distritos, alguns Governos Distritais continuam a financiar os projectos através de cheques passados pelas Secretarias Distritais, alegando-se que as comunidades rurais não dispõem de contas bancárias nem de NUIT, que constituem alguns dos requisitos fundamentais exigidos no SISTAFE. Neste âmbito, abre-se um espaço para os desvios de aplicação do financiamento porque do SISTAFE o

valor é transferido para as contas dos Chefes das Localidades, dos Postos Administrativos ou outras contas bancárias que não são necessariamente dos mutuários visados.

Há falta de cumprimento dos critérios estabelecidos nos guiões de funcionamento do FDD, dado que todos os distritos rastreados ultrapassaram os limites fixados para o financiamento aos projectos e alguns distritos financiaram projectos de aquisição de meios circulantes, alegadamente porque não possuíam os guiões de gestão deste fundo ou porque receberam os guiões depois da aprovação dos projectos.

A maior parte dos projectos aprovados e financiados beneficiou Membros dos Conselhos Consultivos, Líderes Comunitários, Chefes das Localidades, Chefes dos Postos Administrativos e funcionários públicos, pessoas que podem, facilmente, influenciar o processo de aprovação dos projectos ou, através de outros meios, ter acesso ao crédito bancário. A aprovação e financiamento do fundo a funcionários públicos foram justificados pela falta de clareza sobre a política do FDD em relação aos beneficiários.

4.3 Fundo de Apoio Directo às Escolas

O Fundo de Apoio Directo às Escolas foi criado pelo Ministério da Educação com vista a criar condições para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem como viés da elevação da qualidade de ensino no país. O ADE é desembolsado por fases e em 2011 já se encontrava na 14ª e 15ª fases. A utilização deste fundo obedece duas modalidades, nomeadamente, a aquisição baseada na lista do material elegível definido pelo MINED e a aquisição livre ou ao critério da escola (15%). O material elegível consta nos formulários de registo da despesa, designadamente a carta de autorização, a nota de encomenda, a nota de detalhe da despesa e o manual de procedimentos. Para além dos 15% alocados para a aquisição do material ao critério das escolas, nos manuais autoriza-se o uso de 10% na produção escolar e igual percentagem na aquisição de material eléctrico e de construção para pequenos reparos. A aquisição do material é feita por uma Comissão de Compras e a verificação do material comprado é feita pela Comissão de Recepção.

Nível de Execução Orçamental

Em 2011, o Governo de Moçambique alocou 642.61 milhões de Meticias para o Apoio Directo às Escolas (**Fonte:** Manual de Distribuição de Recursos Financeiros por Escola⁶). Na 14ª fase o MINED alocou 338.92 milhões de Meticais e na 15ª fase 303.69 milhões de Meticais. Diferentemente do verificado no primeiro exercício de rastreio da despesa

6 Os Manuais de Distribuição dos Recursos Financeiros por Escola e o Programa de Apoio Directo às Escolas foram elaborados pelo Ministério da Educação. Em 2011 encontravam-se nas fases 14ª e 15ª.

pública, em que algumas escolas não se beneficiaram do ADE porque o fundo foi desviado por parte de alguns representantes do sector das finanças para benefícios pessoais, todo o valor alocado em 2011 foi distribuído pelas respectivas escolas.

Transparência no Processo de Gestão do Fundo

O primeiro exercício de rastreio da despesa pública realizado em 2011 baseou-se especificamente na verificação do cumprimento das regras de utilização deste fundo plasmadas nos manuais de procedimentos. O segundo exercício aferiu a transparência no processo de gestão do fundo, incluindo o nível de participação das comunidades do processo. Do trabalho de campo realizado em 84 escolas verificou-se que:

- i). Havia falta de transparência no processo de gestão do ADE na medida em que nalgumas escolas os Membros da Comissão de Compras eram os mesmos que faziam parte da Comissão de Recepção.
- ii). Das escolas visitadas, 56% não possuíam listas de distribuição do material aos alunos, apesar de terem afirmado que haviam distribuído o material, de modo que não havia confirmação de que o material distribuído tenha beneficiado os alunos visados e nas quantidades esperadas.
- iii). Apenas 26% das escolas apresentavam os justificativos referentes a 15ª fase, alegadamente porque se encontravam no SDEJT para a verificação da sua validade em termos fiscais ou porque se encontravam na posse dos Directores cessantes. O trabalho de campo constatou que a falta dos justificativos estava associada à falta de transparência no processo de gestão deste fundo, dado que, em muitos casos verificados, os processos ficavam exclusivamente na posse dos Directores das Escolas e não necessariamente na posse da Direcção da Escola no seu todo.
- iv). Apesar de todas as escolas terem referenciado que realizavam encontros de divulgação do ADE para as comunidades, apenas 35% demonstraram através de actas a realização desses encontros. As restantes escolas não apresentaram nenhum documento que suportasse a realização desses encontros.
- v). Apenas 3% das escolas afixavam, em local de acesso público, o valor recebido e a relação do material adquirido, 13% afixavam apenas o valor recebido e 84% não afixavam nenhum documento.
- vi). Metade das escolas não possuía o mapa de detalhe das despesas realizadas ao critério das escolas. As justificações apresentadas prendem-se, por um lado, à falta de conhecimento sobre a necessidade destes mapas por parte dos Directores das Escolas e, por outro lado, à falta de exemplares fornecidos pelos respectivos SDEJT.

- vii). A maior parte das escolas possuía declarações do valor utilizado nas despesas de deslocação e transporte do material para as escolas, mas as mesmas estavam em nome dos respectivos Directores e não dos provedores de serviços.
- viii). Os Coordenadores das ZIP não efectuavam regularmente visitas às escolas, principalmente as distantes das sedes das ZIP, alegando falta de recebimento ou demoras no pagamento do valor alocado para as visitas.

4.4 Fundo de Estradas

O fundo descentralizado de estradas é uma dotação orçamental alocada aos distritos desde o ano de 2008 para a manutenção e melhoramentos de estradas e pontes nas vias de acesso nos distritos. No âmbito de gestão deste fundo, os Governos Distritais, através dos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas, são responsáveis pela parte de execução das obras desde a identificação das vias de acesso a serem melhoradas até à adjudicação das obras aos empreiteiros. A parte financeira, particularmente o pagamento dos empreiteiros, encontra-se ainda centralizada no Fundo de Estradas.

Nível de Execução Orçamental

Em 2011 o Governo de Moçambique alocou em média 1.25 milhões de Meticais para trabalhos de reabilitação, manutenção de rotina e melhoramentos localizados de estradas não classificadas por distrito. Para os 12 distritos abrangidos pelo programa foi alocado um total de 38.62 milhões de Meticais. O trabalho de campo apurou que, do valor disponibilizado aos distritos abrangidos 22,16% não foram realizados, alegadamente devido a desembolsos tardios do fundo e falta de honestidade dos empreiteiros. O exercício de rastreio da despesa pública constatou que do valor realizado, 4.92 milhões de Meticais foram desviados para cobrir despesas protocolares diversas durante a visita presidencial, o que representa 12,72%. Em média 33,33% das realizações foram concluídas, 50% estavam em curso e 16,67% não foram realizadas.

Transparência no Processo de Gestão do Fundo

No âmbito do Fundo de Estradas, na sua maioria os projectos planificados no PESOD não foram realizados devido às visitas de alto nível. Na prática foram tomados como vias prioritárias as que davam acesso aos locais onde o Presidente da República e/ou os Governadores Provinciais pretendiam visitar. Como se pode depreender, 65% do financiamento investido nas vias não constavam dos PESOD.

Tal como mencionado no primeiro relatório, os distritos de Mabalane e Chókwè foram os únicos dentre os rastreados que não realizaram nenhuma intervenção com o fundo disponibilizado em 2011. No primeiro exercício Mabalane alegou disponibilização tardia do fundo como motivo para a não realização dos trabalhos de melhorias de vias de acesso. Neste segundo exercício, o Governo Distrital de Mabalane alegou a falta de comunicação harmoniosa entre os Governos Distrital e Provincial. No primeiro exercício Chókwè referiu que ainda estava a acumular o montante para a construção da ponte sobre o Rio Vumbane em Xilembene. Neste segundo trabalho, o Governo Distrital de Chókwè referiu que a demora para o início das actividades resultara da intransitabilidade da via de acesso para o Rio Vumbane. Mesmo assim, assegurou que o empreiteiro já estava no processo de mobilização do material de construção.

Qualidade das Vias que Mereceram Intervenção

Em termos qualitativos, muitas das estradas que beneficiaram de melhorias apresentam os mesmos problemas que as intervenções pretendiam resolver, designadamente, buracos e, nalguns casos, intransitabilidade. Os Governos Distritais apontaram as chuvas como a principal causa do rápido ressurgimento dos problemas nas vias de acesso. O trabalho de campo constatou que o grande problema verificado na qualidade dos trabalhos realizados no âmbito deste fundo está associado a vários factores, dentre os quais se destacam os seguintes: desvio de aplicação do fundo para cobrir despesas protocolares, realização dos trabalhos às pressas, adjudicação das obras a artesãos locais sem muita experiência profissional nem equipamento apropriado para o efeito.

A figura 4 ilustra um troço que teve uma intervenção na província de Nampula. Trata-se do troço que liga Malema/Namiro, no distrito de Monapo. O troço, ora reabilitado, já se apresenta com problemas graves de buracos, daí que estar intransitável.

Fig. 4 Troço Malema/Namiro - Monapo



Fonte: Equipa de Monitoria

4.5 Abastecimento de Água e Saneamento Rural

O Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural visa contribuir para a satisfação das necessidades humanas básicas, melhorar o bem-estar e contribuir para a redução da pobreza rural em Moçambique, através do acesso melhorado aos serviços de abastecimento de água e saneamento. A Direcção Nacional de Águas é a entidade responsável pela implementação do Programa a nível central. A Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação, por intermédio do Departamento de Água e Saneamento, é responsável pela implementação do Programa a nível provincial. A nível Distrital, o Governo Distrital por intermédio do SDPI é responsável pela implementação das actividades do Programa. Dentro dos povoados são criados os Comitês de Abastecimento de Água e Saneamento Rural para participarem no processo de planificação distrital e local e gerirem, manterem e monitorarem as instalações melhoradas de fontes de água e saneamento.

Nível de Execução do Fundo

Em 2011, o Governo da República de Moçambique investiu na construção de 155 novas fontes de abastecimento de água e reabilitação de 25 nos distritos abrangidos pelo programa. O exercício de rastreio da despesa pública constatou que 71 fontes foram construídas e 8 foram reabilitadas. Os Governos Distritais reportam a falta de honestidade dos empreiteiros, desembolsos tardios, devolução dos processos pelo Tribunal Administrativo e falta de uma comunicação harmoniosa entre os Governos Provincial e Distrital como os principais factores que contribuíram significativamente para a fraca intervenção nas fontes de abastecimento de água.

Transparência no Processo de Gestão do Fundo

O trabalho de campo constatou que há falta de transparência na gestão do fundo de água na medida em que:

1. Mais de metade do fundo alocado foi desviado para cobrir despesas protocolares durante as visitas presidenciais e liquidação de dívidas transitadas dos anos anteriores contraídas no âmbito de construção e reabilitação de obras públicas. O maior destaque vai para a reabilitação das residências dos Administradores, construção de Salas de Sessões, construção de tribunas para comício popular, construção de palcos a céu aberto e aquisição de mobiliários diversos para apetrechar as infraestruturas construídas como forma de criar condições condignas para a acomodação do Presidente da República e seu elenco.
2. Foram tomados como locais prioritários para a abertura dos furos as residências dos Administradores, as residências dos Chefes dos Postos Administrativos, as residências dos Chefes das Localidades, as Sedes dos Postos Administrativos e das Localidades e os locais de comícios em detrimento das comunidades carenciadas. Alguns destes locais já têm todo o sistema de aproveitamento e recolha de águas

pluviais e subterrâneas montado, designadamente, o tanque-cisterna, as caleiras, o mini-Sistema de Abastecimento de Água e o furo, para beneficiar exclusivamente os dirigentes e seus familiares.

3. Dentro das povoações, a distribuição não tem obedecido nenhum critério, pois algumas comunidades referiram que não foram consultadas sobre a necessidade de abertura de furos de água nem receberam qualquer comunicação no decurso do processo de abertura dos furos. Há, portanto, falta de clareza na distribuição dos furos.
4. Falta de transparência na gestão do fundo das contribuições feitas pelas comunidades que muitas das vezes fica sob controlo dos Líderes Comunitários, Chefes das Localidade e Chefes dos Postos Administrativos que não informam a comunidade sobre o valor já existente na sua posse e a comunidade nem sequer sabe do destino final do dinheiro.
5. Falta de comités de gestão de água.

Qualidade das Fontes de Abastecimento de Água

Em termos qualitativos, constatou-se que todas as fontes recentemente construídas apresentavam-se com problemas de rachas no pavimento e algumas com água salobre, por isso, não propícia para o consumo humano. Em muitos casos verificou-se, por um lado, o esgotamento constante de água nas bombas devido a baixa profundidade dos furos e, por outro lado, avarias constantes resultantes da baixa qualidade do material usado, isto é, AFRIDEV. Estas bombas são operacionais até uma profundidade de 45 metros e acima disto funcionam com muitas dificuldades.

4.6 Construção de Salas de Aulas

O Fundo de Apoio ao Sector de Educação é uma dotação orçamental que visa melhorar o acesso e a qualidade do ensino em Moçambique através da construção de infraestruturas escolares, principalmente, salas de aulas. A gestão executiva e financeira, que inclui a contratação de empreitada, adjudicação de obras e o pagamento aos empreiteiros, é da responsabilidade dos Governos Provinciais. Mas todos os procedimentos para a realização de actividades no âmbito deste fundo são centralmente definidos pelo MINED, daí que o valor não surge na programação orçamental da província mas, sim, vem do nível central.

Nível de Execução Orçamental

Em 2011, o Governo de Moçambique investiu 530.37 milhões de Meticais para a construção de salas de aulas em todo o território nacional. Nos distritos abrangidos pelo programa investiu-se na construção de 50 salas de aulas. O trabalho de campo constatou que, destas salas, 20 foram concluídas e as restantes encontravam-se ainda em curso. Para além das obras de 2011, foram visitadas 24 salas de aulas que se encontravam em curso no primeiro exercício de rastreio da despesa pública. Destas salas, 14 encontravam-se concluídas, mas as restantes foram paralisadas e/ou abandonadas.

Ainda no âmbito das salas de 2010, no primeiro exercício fez-se a menção de algumas obras concluídas, mas que se apresentavam sem cobertura, alegadamente porque as chapas haviam caído com as chuvas. O segundo exercício visitou novamente estas salas e constatou que continuavam sem cobertura apesar de as chapas terem caído ainda dentro do prazo de garantia da obra e os alunos não têm onde estudar.

Qualidade das Salas de Aulas Construídas

Em termos qualitativos, as salas apresentavam-se com problemas graves de rachas nas paredes, soalho e rodapé, tinta a descascar-se, barrotes de cobertura roídos por muchém e algumas salas já se apresentavam com a cobertura caída. As justificações apresentadas pelos Governos Distritais para a baixa qualidade das salas e abandono prendem-se com os seguintes factores: *i) falta de honestidade dos empreiteiros que em muitos casos não honram os seus compromissos; ii) fraca articulação entre a província e o distrito no processo de execução das salas, dado que os empreiteiros a quem se adjudicam as obras ao nível provincial não se apresentam às estruturas distritais quando pretendem executar as obras e quando o fazem é porque não conhecem o local de intervenção. Aliado a isto, os Governos Distritais não dispõem de nenhuma cópia do contrato celebrado, o que de certa forma limita o seu apoio na fiscalização dos trabalhos realizados; iii) políticas de construção das salas aulas. É que no actual figurino a planta-tipo é definida ao nível do Ministério da Educação e o custo unitário das salas é o mesmo em todo o país independentemente das condições geológicas do terreno e da localização geográfica dos locais a se beneficiar de salas; e iv) exiguidade de fundo disponível.*

O trabalho de campo constatou que, para além dos problemas acima levantados, havia falta de transparência no processo de construção de salas de aulas dado que em muitos casos se verificou que os empreiteiros que ganham as obras são os mesmos que no passado abandonaram as salas antes da sua conclusão. Outros problemas identificados e que concorrem para a não conclusão das salas estão associados, por um lado, a paralisações constantes por falta de material de construção e, por outro lado, a adjudicação de todas as obras de construção das salas a um mesmo empreiteiro, sem capacidade para realizar todos os trabalhos em tempo útil.

A figura 5 ilustra um exemplo de salas de aulas construídas na EPC de Naculé, no Distrito de Monapo, província de Nampula, cuja cobertura caiu 10 dias depois da entrega provisória. Este facto foi reportado no primeiro exercício de rastreio da despesa pública, mas, para o espanto de todos, nenhum esforço foi envidado de modo a repor a cobertura e os alunos continuam sem salas de aulas.

Fig. 5 Salas sem Cobertura no Distrito de Monapo



Fonte: Equipa de Monitoria

4.7 Outras Realizações

Para além das realizações acima mencionadas, o Governo Provincial/Central investiu na construção e reabilitação de unidades sanitárias e algumas residências para os funcionários públicos durante o ano económico de 2011. O trabalho de campo verificou que 77% das actividades foram concluídas, 15% em curso e 8% estavam paralisadas. Em termos qualitativos, em 70% das obras verificou-se boa qualidade, alegadamente porque foram erguidas por empreiteiros profissionais, com equipamento apropriado para a construção e custaram muito dinheiro. Nas obras em que se verificaram os problemas de falta de qualidade, como fissuras nas paredes e soalhos, muchém, madeira de baixa qualidade e infiltração de águas das chuvas, foram apontados como motivos os seguintes: a falta de fiscalização das obras por parte do Governo Distrital, a falta de honestidade dos empreiteiros e os desembolsos tardios. Estes problemas foram igualmente apontados pelos Governos Distritais como os mesmos que contribuíram para a paralisação de algumas obras.

OUTROS ASSUNTOS LIGADOS A GOVERNAÇÃO

O Conselho Consultivo Distrital (CCD) é o órgão responsável pela legitimação dos projectos aprovados pelos Conselhos Consultivos das Localidades e dos Postos Administrativos para o financiamento no âmbito do Fundo Distrital de Desenvolvimento. Para além de aprovação dos projectos, o CCD é também responsável pela aprovação, monitoria e avaliação do Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito (PESOD). O trabalho de rastreio da despesa pública constatou que:

Todos os distritos têm os Conselhos Consultivos constituídos por uma média de 50 membros representantes de todas as localidades. Destes membros, 69% são homens e 31% são mulheres.

À excepção de Ribauè, onde o CCD realizou apenas uma sessão ordinária durante o exercício económico de 2011, todos os distritos realizaram duas sessões ordinárias. Das sessões realizadas apenas metade foi justificada através de actas. A outra metade não foi justificada por nenhum documento comprovativo apesar de os Governos Distritais terem referenciado que as realizaram.

Dos distritos rastreados 58% realizaram encontros de balanço do PESOD. Os restantes distritos não realizaram nenhum encontro porque não dispunham do PESOD ou porque se limitaram à aprovação dos projectos financiados no âmbito do FDD.

Apenas 25% dos distritos enviaram a Conta de Gerência do exercício de 2011 ao Tribunal Administrativo. Os restantes ainda não tinham enviado, alegadamente porque ainda se encontravam na fase de preparação, apesar de que o prazo já havia terminado a 31 de Março. A demora do envio deste documento ao Tribunal Administrativo está associada à falta de transparência no processo de gestão dos fundos alocados aos distritos.

Todos os distritos foram inspeccionados por instituições diversas durante o ano económico de 2011. A Direcção Provincial do Plano e Finanças foi referenciada em 6 dos 12 distritos rastreados, seguindo-se o Tribunal Administrativo (5 distritos), a Inspeção Geral das Finanças (3), a Secretaria Provincial (3), o Ministério de Administração Estatal (2) e, por último, o Gabinete do Combate Contra a Corrupção e Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições que foram referenciados em apenas um distrito cada.

V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusões

O exercício de monitoria do Orçamento do Estado concluiu que a alocação das despesas de investimento, as mais importantes para o desenvolvimento em Moçambique e não só, permanece muito centralizada. Outrossim, o exercício concluiu que a execução orçamental das despesas de investimento permanece aquém do desejado devido a fragilidades institucionais no processo de planificação que não é acompanhado pelo orçamento, de tal forma que a planificação é feita antes de se ter os tectos orçamentais, resultando, daí, numa planificação irrealista.

Do lado da implementação dos planos do Governo, o exercício de rastreio da despesa pública concluiu que:

- Os Governos Distritais não realizam mais de metade das actividades contidas no PESOD devido a vários motivos, dentre os quais a destacarem-se a planificação irrealista, o desvio de aplicação de fundos para custear despesas que não estavam inicialmente previstas e desembolsos tardios.
- Os Conselhos Consultivos Distritais continuam a ter uma ligação marginal com o PESOD na medida em que ficam mais confinados aos sete milhões, principalmente no processo de aprovação dos projectos propostos para o financiamento, daí que não fazem o acompanhamento das actividades realizadas no âmbito do PESOD.
- Os empreendimentos realizados nos distritos no âmbito dos fundos descentralizados apresentam-se com problemas de qualidade insanáveis originados pelos desvios de aplicação do fundo para cobrirem despesas protocolares e de funcionamento das Secretarias Distritais; realização dos trabalhos às pressas nas vésperas das visitas de alto nível; falta de observância da Lei de *Procurement* no processo de contratação de empreitada; falta de fiscalização das obras e falta de honestidade dos empreiteiros.
- Os mecanismos de construção de salas de aulas de nível primário que incluem a definição das políticas de construção das salas ao nível central e o nível de articulação entre a província e os distritos no processo de execução das obras associados à exiguidade de fundo e falta de transparência no processo de contratação de empreitadas são os problemas centrais para a baixa qualidade, paralisação e/ou abandono das salas aulas.
- A centralização dos fundos de estradas ao nível central, os desembolsos tardios, a falta de uma comunicação harmoniosa entre os Governos Provinciais e Distritais e a falta de celeridade no processo de contratação de empreiteiros constituem os principais problemas para o sucesso dos trabalhos realizados no âmbito do Fundo

de Estradas.

- A falta de linhas orçamentais claras no Orçamento do Estado, os desvios de aplicação de fundos, a priorização dos locais de interesse político em detrimento das comunidades carenciadas constituem os nós de estrangulamentos para o fracasso do processo de abastecimento de água e saneamento rural.
- Os problemas de falta de transparência no processo de gestão do FDD, reportados no primeiro exercício de rastreio da despesa pública, designadamente, o financiamento aos projectos sem nenhum documento contratual, a falta de assinaturas e carimbos nos contratos; o financiamento aos projectos de funcionários públicos; o financiamento aos projectos de aquisição de meios circulantes; os desvios de aplicação do fundo para cobrirem despesas de funcionamento das Secretarias Distritais; o desequilíbrio de género; a falta de planos de amortização do crédito; a falta de projectos desenhados pelos mutuários; a concentração de maior financiamento nas vilas-sedes; a distribuição de financiamento apenas por Postos Administrativos e não por localidades continuam a ser os mesmos problemas que se alastram ao longo dos anos.
- Os procedimentos de gestão dos fundos públicos plasmados nos vários documentos legais, tais como a Lei de *Procurement*, a Lei de e-SISTAFE, a Lei do Orçamento do Estado, o Guião de Gestão do FDD, o Decreto de Delegação de Competências para se procederem alterações de dotações orçamentais em todos os níveis, entre outros, não são observados com rigor durante o processo de transferências e execução dos fundos descentralizados.
- Os Coordenadores das ZIP não efectuam visitas às escolas por falta de pagamento do valor alocado para cobrir estas despesas por parte dos SDEJT. No mesmo processo verifica-se a falta de transparência no processo de gestão do ADE, dado que persistem situações de escolas sem listas de distribuição do material aos alunos e interferência massiva dos SDEJT na definição dos destinos dos 15% alocados para a aquisição livre do material.

5.2 Recomendações

Pela natureza das constatações e tal como se apresentam as conclusões, sugere-se uma extensa lista de recomendações estruturais, operacionais e de controlo interno. Mas os objectivos e a teoria da mudança que norteiam as acções deste programa de rastreio da despesa pública aconselham que se preste mais atenção aos aspectos realizáveis num espaço de tempo relativamente curto. Em termos gerais, as conclusões sugerem a necessidade de maior aceleração do processo de descentralização, acompanhado do reforço dos mecanismos de controlo interno. É dentro desta conformidade que o CIP e os seus parceiros locais recomendam o seguinte:

Em termos estruturais:

- Comunicação atempada aos Governos Locais dos limites orçamentais de forma a se melhorar o processo de planificação e orçamentação.
- Descentralização por parte do Ministério das Obras Públicas e Habitação da gestão financeira do Fundo de Estradas Classificadas para o nível provincial e do Fundo de Estradas Não Classificadas para o nível distrital.
- Alocação do orçamento para a construção de salas de aulas do nível primário no PES provincial, dado que são os Governos Provinciais os responsáveis pela construção de salas deste nível e fixação do custo unitário da construção das salas mediante as condições do acesso e a localização geográfica do local onde as salas serão construídas tanto dentro da província quanto do distrito. Em suma, tem que haver um coeficiente de correcção no custo unitário das salas.
- Criação de linhas orçamentais claras no Orçamento do Estado para facilitar o rastreio do investimento para o abastecimento de água e saneamento rural.
- Melhoria de gestão dos contratos de empreitadas de obras públicas. No concreto tem que se actualizar o cadastro dos empreiteiros.

Em termos operacionais:

- Criação de mecanismos de alocação de fundos específicos para acolher as visitas presidenciais e de Governadores de modo a reduzir os desvios de aplicação dos fundos alocados para a realização dos empreendimentos de interesse comunitário como viés para a melhoria da qualidade das obras construídas.
- Estabelecimento da possibilidade de realização de auditoria social pelos beneficiários e/ou Sociedade Civil na lei orçamental e demais instrumentos legais que criam ou se debruçam sobre as normas de funcionamento de fundos descentralizados.
- Abertura dos furos de água em locais onde se beneficiarão as comunidades carenciadas de forma a contribuir positivamente no fornecimento de água potável aos cidadãos necessitados e desenho de mecanismos claros da gestão do fundo das contribuições feitas pelas comunidades.
- Especificação do local onde o Governo pretende realizar as suas actividades bem como o custo dessas realizações no PESOD.
- Definição do limite máximo em termos percentuais do financiamento que pode beneficiar os projectos propostos pelos Membros dos Conselhos Consultivos Locais

(se é que são elegíveis), pois no actual figurino há uma tendência de haver repartição de maior parte da fasquia entre estes membros.

Em termos de controle interno:

- Observância da Lei de Procurement por parte dos governos provinciais e distritais, principalmente o processo de selecção e adjudicação das obras aos empreiteiros;
- Apropriação dos processos justificativos dos ADE pela Direcção da Escola no seu todo e não estarem confinados apenas nos gabinetes dos Directores.
- Gestão exclusiva pela escola da parcela alocada para a aquisição do material ao critério das escolas (15%) no âmbito do ADE, sem nenhuma interferência dos SDEJT na definição das prioridades. Portanto, os SDEJT devem estar mais voltados para a divulgação dos procedimentos plasmados nos manuais de gestão deste fundo.
- Quaisquer declarações que as escolas apresentarem devem ser feitas pelos provedores dos serviços e não pelos Directores das Escolas.
- Realinhamento dos Conselhos Consultivos Distritais para se ocuparem mais amplamente do processo de governação nos distritos e não apenas confiná-los aos sete milhões.

VI. DOCUMENTOS CONSULTADOS

Orçamento do Estado

Lei N° 1/2009, de 8 de Janeiro de 2009

Lei N° 2/2010, de 27 de Abril de 2010

Lei N° 9/2011, de 13 de Junho (Orçamento do Estado Revisto).

Conta Geral do Estado vs Relatório de Execução Orçamental

Conta Geral do Estado de 2009

Conta Geral do Estado de 2010

Relatório de Execução Orçamental de 2011.

PESOD

Planos Económicos, Sociais e Orçamentos de 2011 dos Distritos de Chókwè, Mabalane, Bilene, Panda, Massinga, Homoine, Monapo, Ribaué e Murrupula e Ngauma.

Relatórios

- Relatórios Semestrais e Anuais de Balanço de PESOD de 2011 dos Distritos Abrangidos pelo Programa.

Outros Documentos

- Actas das Sessões Ordinárias/Extraordinárias dos Conselhos Consultivos
- Listas dos Projectos Aprovados no Âmbito do FDD e todos os documentos relacionados
- Facturas/Recibos de Compra de Bens e Prestação de Serviços dos Governos Locais
- Legislação sobre os Órgãos locais do Estado (Lei Nº 8/2003 de 19 de Maio e Decreto 11/2005 de 10 de Junho)
- Lei Nº 9/2002, de 12 de Fevereiro – Lei de SISTAFE
- Decreto 15/2010, de 24 de Maio – Contratação de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços do Estado
- Manual de Procedimentos do FDD elaborado pelos Ministérios da Finanças, Administração Estatal e Planificação e Desenvolvimento em 2010
- Manual de Gestão do Fundo de Apoio Directo às Escolas para 14ª e 15ª Fases e outros documentos relevantes relacionados com a gestão deste fundo.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY

Boa Governação-Transparência

Integridade

Good Governance-Transparency-Integrity

Rua da Frente de Libertação de Moçambique, n. 354

Tel: (+258) 21 492335

Fax: (+258) 21 492340

Mobile: (+258) 82 30 16 391

Caixa Postal:3266

Email: cip@cip.org.mz

www.cip.org.mz

Maputo-Moçambique

Parceiros



from the Department for
International Development



Educação para o desenvolvimento



EMBAIXADA DA NORUEGA



MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF DENMARK
EMBASSY OF DENMARK, MAPUTO



INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP
Open Budgets. Transform Lives.



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development
and Cooperation SDC

